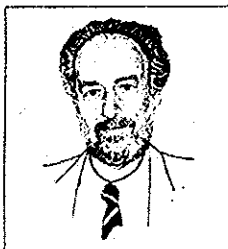


WASHINGTON NOVAES

O fundamento invisível



**O eixo da
nossa
discussão
central
precisa ser
corrigido com
urgência**

Há poucos dias, o correspondente deste jornal em Genebra, Jamil Chade, chamava a atenção (*Estado*, 8/10) para um estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, de seguradoras e bancos segundo o qual o custo de "catástrofes ambientais", que já chegou nos últimos

15 anos a US\$1 trilhão, pode elevar-se para US\$ 150 bilhões ao ano até 2012. Isso contando apenas inundações, ciclones, furacões e outros fenômenos relacionados com mudanças climáticas.

Outras fontes, como o World Disasters Report 2002 (da Cruz Vermelha), dizem que na década de 1970 o número de pessoas atingidas por esses "desastres" foi de 740 milhões; já na última década do século chegou a 2 bilhões, pois o número de ocorrências passou de 1.110 para 2.742. As perdas econômicas, de US\$ 131 bilhões na primeira década, chegaram a US\$ 629 bilhões na última. E, segundo a seguradora alemã Munich Re, podem chegar até a US\$ 300 bilhões/ano.

Um dos maiores temores das seguradoras é que se concretize a temida elevação do nível dos oceanos – possibilidade prevista pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) – em até um metro ao longo deste século, em razão do aumento da temperatura das águas e do derretimento de geleiras. Mais de 1 bilhão de pessoas vivem hoje à beira-mar. E, das 19 megacidades do mundo, 16 estão nessa condição. Segundo o IPCC, uma elevação daquele porte significaria de-

salojar de 15 milhões a 20 milhões de pessoas só em Bangladesh, 10 milhões no Vietnã. E todas nos chamados países-ilhas.

Na recente cúpula de Johannesburg, o representante de Tuvalu, um desses países, queixava-se de que a população da ilha já está fugindo. "Pagamos pelo que não é culpa nossa, e sim dos países industrializados, que emitem gases do efeito estufa", reclamava ele.

Tem razão. O consumo de combustíveis fósseis nunca foi tão alto nos Estados Unidos e em quase todos os outros países industrializados. Começa-se a falar, com base nisso, em "dívida ecológica" desses países (para contrapor à dívida financeira dos países ditos em desenvolvimento). Um cidadão médio norte-americano, por exemplo, responde pela emissão anual de 20 toneladas anuais de dióxido de carbono; um britânico, por 9,2 toneladas; um chinês, por 2,5; um brasileiro, por 1,8; já um ganês ou um nicaraguense, só por 0,2; e um tanzaniano, por 0,1 tonelada anual. A dívida deste, portanto, é 200 vezes menor que a de um norte-americano – sem falar em emissões já acumuladas na atmosfera desde o início da revolução industrial e que são a causa mais grave de mudanças climáticas.

E ainda não é só. Como lembra um estudo de Wolfgang Sachs, do Wuppertal Institute, o modelo de consumo dos países industrializados, em consequência da dita globalização, espalha-se pelo mundo. Levou a um aumento do consumo de combustíveis

fósseis na China e no Leste da Ásia da ordem de 100% em cinco anos (1990/95). E assim é, em proporções iguais ou pouco menores, em quase toda parte.

Ao mesmo tempo, cresce nos países industrializados o consumo de recursos naturais provindos dos países em desenvolvimento – a ponto de aqueles países já responderem por mais de 80% do consumo total no mundo. Segundo Sachs, 30% dos recursos naturais consumidos na Alemanha vêm de outros países; no Japão, 50%; nos Países Baixos, 70%. E a tendência é crescente, em função de alguns fatores:

- A importação cada vez maior de alimentos para bois, porcos e aves (sem remunerar custos ambientais e sociais);

- a transferência para os países em desenvolvimento de indústrias de mineração e outras atividades primárias poluidoras/devastadoras, além de indústrias metalúrgicas, químicas e de eletrointensivos (alumínio, ferro gusa, etc).

Mas, ao mesmo tempo em que os preços de seus produtos primários ou de pequena agregação de valor caem sem cessar (com poucas exceções), e os de produtos tecnológicos que importam sobem sem cessar, os países fornecedores de recursos naturais vêem sua dívida financeira crescer brutalmente. Em 2000, ela chegou a US\$ 2,5 trilhões, cerca de 40% de seu PIB conjunto. Dobrou ao longo da década de 1980, dobrou de novo na de 1990. E chegou ao ponto de exigir mais de US\$ 1 bilhão ao dia em 2001 só para pagar juros – o que equivale a mais de 13 vezes o que receberam em ajuda dos industrializados.

Essas questões deveriam estar no centro da discussão hoje no Brasil, diante da sucessão presidencial. Mas não es-

tão. E o débito não é apenas de partidos e de candidatos, é da comunicação também, que privilegia outros ângulos.

Seria importante trazê-las para o foco. Como diz em artigo na revista *Política Democrática* (junho/setembro 2001) o presidente do IBGE, Sérgio Besserman Vianna, "a questão primordial hoje é saber se, para além dos Estados Nacionais, num plano supranacional, global, o poder destrutivo ecológico – bem como social e cultural – do capitalismo planetário pode ser posto novamente sob controle". As questões do meio ambiente, diz ele, "tomarão conta da agenda do planeta de forma irreversível".

Nessa encruzilhada histórica, lembra Besserman Vianna, "por conta da diversidade da natureza em nosso território, da nossa matriz energética limpa e da consciência ecológica da população, é por meio de um posicionamento firme nas questões que afetam o ecossistema global que o Brasil tem a possibilidade mais concreta de assumir, de forma definitiva, posição de liderança mundial".

Se é assim, o eixo da nossa discussão central precisa ser corrigido com urgência. Para que não se agrave a situação. Não se discuta comércio exterior, dívida externa, investimentos, industrialização, expansão da fronteira agropecuária – nada – sem relacioná-los com o fundamento físico de tudo. Sem que se lembre que o fulcro do problema, agora, está nos limites planetários ultrapassados ou em vias de.

Tendo em conta ainda, como o faz o presidente do IBGE, que não se trata nem apenas nem exatamente de proteger o meio ambiente. Trata-se de preservar a espécie humana.